

## Capítulo X

### Sobre a Estrutura Social

ALGUNS AMIGOS SUGERIRAM-ME QUE APROVEITASSE ESTA ocasião para fazer observações sobre minha própria posição em antropologia social; e visto que desde que comecei a ensinar, primeiro em Cambridge e na London School of Economics há trinta anos, tenho sempre ressaltado a importância do estudo da estrutura social, a sugestão feita a mim foi de que eu dissesse alguma coisa sobre este assunto.

Espero ser perdoado se começo com uma nota de explicação pessoal. Mais de uma vez tenho sido considerado como pertencente a algo chamado Escola Funcional de Antropologia Social, e até mesmo como sendo seu chefe, ou um de seus chefes. Esta Escola Funcional na realidade não existe; é um mito inventado pelo Prof. Malinowski. Ele explicou como, para citar suas próprias palavras, «o magnífico título da Escola Funcional de Antropologia foi atribuído por mim mesmo, de certo modo a mim mesmo, e em grande grau fora de meu próprio senso de irresponsabilidade». A irresponsabilidade do Prof. Malinowski tem tido desastrosos resultados, visto que espalhou pela antropologia uma densa neblina de discussão sobre «funcionalismo». O Prof. Lowie anunciou que o principal, não o único, expoente do funcionalismo no século XIX foi o Prof. Franz Boas. Não acho que haja qualquer sentido, além do pu-

<sup>1</sup> Discurso como presidente do Royal Anthropological Institute. Extraído do *Journal of the Royal Anthropological Institute*, Vol. LXX, 1940.

raimentemente cronológico, em dizer-se que sou ou seguidor do Prof. Boas ou predecessor do Prof. Malinowski. Dizer que eu sou «funcionalista» parece-me nada significar claramente.

Não há lugar para «escolas», neste sentido, nas ciências naturais, e considero a antropologia social como um ramo dessas ciências. Cada cientista começa a partir do trabalho de seus predecessores, encontra problemas que acredita significativos, e pela observação e raciocínio esforça-se em dar alguma contribuição para o crescimento da teoria. A cooperação entre os cientistas resulta do fato de que trabalham nos mesmos problemas ou problemas aparentados. Tal cooperação não resulta na formação de escolas, no sentido em que há escolas de filosofia ou de pintura. Não há lugar para ortodoxias e heterodoxias na ciência. Nada é mais pernicioso na ciência do que tentativas de estabelecer adesões a doutrinas. Tudo o que um professor pode fazer é ajudar o estudante a compreender e utilizar o método científico. Não cabe a ele fazer discípulos.

Concebo a antropologia social como a ciência teórico-natural da sociedade humana, isto é, a investigação dos fenômenos sociais por métodos essencialmente semelhantes aos empregados nas ciências físicas e biológicas. De bom grado chamaria ao assunto de «sociologia comparada» se alguém quisesse. E' o assunto em si, e não o nome, que é importante. Como os senhores sabem, há etnólogos ou antropólogos que afirmam não ser possíveis, ou pelo menos proveitosos, aplicar aos fenômenos sociais os métodos teóricos das ciências naturais. Para essas pessoas a antropologia social, tal como a defini, é algo que não existe e nunca existirá. Para eles, evidentemente, minhas observações não terão valor algum, ou pelo menos o significado que pretendo.

Embora tenha eu definido antropologia social como o estudo da sociedade humana, alguns há que a definem como o estudo da cultura. Poder-se-ia pensar que esta diferença de definição é de mínima importância. Na realidade ela leva a duas espécies diferentes de estudo,

Sociedade humana  
X  
cultura

entre os quais é dificilmente possível obter acordo na formulação de problemáticas.

Para uma definição preliminar de fenômenos sociais parece-me suficientemente claro que temos de lidar com relações de associação entre organismos individuais. Numa colônia de abelhas existem as relações de associação da rainha, as operárias e os zangões. Há associação de animais num rebanho, de uma gata e seus filhotes. Trata-se de fenômenos sociais; acho que ninguém os chamará de fenômenos culturais. Em antropologia, evidentemente interessamo-nos apenas por seres humanos, e na antropologia social, conforme a defini, o que temos de investigar são as formas de associação que se encontram entre os seres humanos.

Consideremos o que são fatos observáveis e concretos de que se ocupa a antropologia social. Se decidimos estudar, por exemplo, os habitantes aborígenes de uma parte da Austrália, achamos certo número de indivíduos humanos em determinado meio natural. Podemos observar a conduta desses indivíduos, inclusive, evidentemente, seu modo de falar e os produtos materiais de suas atividades passadas. Não observamos uma «cultura», visto que essa palavra denota não uma realidade concreta, mas uma abstração, e é, em geral, empregada como vaga abstração. Mas a observação direta não nos revela que esses seres humanos estão relacionados por uma complexa rede de relações sociais. Emprego o termo «estrutura social» para designar esta rede de relações realmente existente. Isto é o que considero meu dever estudar se estiver trabalhando, não como etnólogo ou psicólogo, mas como antropólogo social. Não quero dizer que o estudo da estrutura social seja tudo na antropologia social, mas considero, em sentido muito importante, a parte fundamental dessa ciência.

Meu parecer sobre ciência natural é que ela é a investigação sistemática da estrutura do universo tal qual nos é revelado através dos sentidos. Há certos ramos distintos e importantes da ciência, cada um dos quais trata de certa classe ou espécie de estruturas, com o objetivo de descobrir as características de todas as es-

truturas daquela espécie. Assim é que a física nuclear trata da estrutura dos átomos; a química da estrutura das moléculas; a cristalografia e a química coloidal tratam dos cristais e colóides, e a anatomia e fisiologia, das estruturas do organismo. Existe, portanto, segundo penso, lugar para um ramo da ciência natural que tenha por primeira tarefa o descobrimento das características gerais dessas estruturas sociais cujas unidades constituintes são seres humanos.

Os fenômenos sociais constituem uma classe distinta de fenômenos naturais. São todos, de um modo ou outro, relacionados com a existência de estruturas sociais, neles implicados ou resultantes deles. As estruturas sociais são tão reais quanto os organismos individuais. O organismo complexo é um conjunto de células vivas e fluidos intersticiais dispostos em certa estrutura; e a célula viva é analogamente uma disposição estrutural de moléculas complexas. Os fenômenos fisiológicos e psicológicos que observamos nas vidas dos organismos não são apenas resultado da natureza das moléculas constituintes ou átomos de que o organismo é feito, mas resultado da estrutura na qual estão unidos. Também os fenômenos sociais que observamos em qualquer sociedade humana não são resultado imediato da natureza dos seres humanos tomados individualmente, mas consequência da estrutura social pela qual estão unidos.

Observe-se que dizer que estamos estudando estruturas sociais não significa a mesma coisa que dizer que estudamos relações sociais, tal como alguns sociólogos definem sua matéria. Determinada relação social entre duas pessoas (a menos que sejam Adão e Eva no Jardim do Éden) só existe como parte de ampla rede de relações sociais, implicando muitas outras pessoas, e é esta rede que considero objeto de investigações.

Estou ciente, com efeito, de que o termo «estrutura social» é empregado em muitos sentidos diferentes, alguns deles muito vagos. Isto é infelizmente verdade quanto a muitos outros termos em geral usados pelos antropólogos. A escolha dos termos e suas definições é questão de conveniência científica, mas uma das ca-

racterísticas de certa ciência, tão logo ultrapasse o período de formação, é a existência de termos técnicos que são empregados no mesmo sentido rigoroso por todos os estudiosos dessa ciência. Segundo este critério, lamentando dizer, a antropologia social revela-se ainda imatura. Tem-se, portanto, que escolher para si mesmo, para certos termos, definições que pareçam as mais convenientes para fins de análise científica.

Alguns antropólogos empregam o termo «estrutura social» para designar apenas grupos sociais duráveis, como nações, tribos e clãs, que mantêm continuidade e identidade como grupos individuais, a despeito de transformações no seu seio. O Dr. Evans-Pritchard, em recente e admirável livro sobre os nueres, prefere tomar o termo «estrutura social» neste sentido. De fato, a existência desses grupos sociais duráveis é aspecto importantíssimo da estrutura. Mas acho mais proveitoso incluir sob esse termo bem mais do que isto.

Em primeiro lugar, considero como parte da estrutura social todas as relações de pessoa a pessoa. Por exemplo, a estrutura do parentesco de qualquer sociedade consiste de uma quantidade dessas relações diádicas, como entre pai e filho, ou irmão da mãe e filho da irmã. Numa tribo australiana toda a estrutura social baseia-se numa rede de tais relações de pessoa a pessoa, estabelecida através de conexões genealógicas.

Em segundo lugar, incluo sob estrutura social a diferenciação de indivíduos e classes por seu desempenho social. As posições sociais diferenciadoras de homens e mulheres, chefes e comunitários, empregadores e empregados, são outros tantos determinantes das relações sociais na medida em que pertencendo a diferentes clãs ou nações.

No estudo da estrutura social a realidade concreta de que estamos tratando é uma série de relações realmente existentes, em dado lapso de tempo, que agrupa certos seres humanos. E' nisto que podemos fazer observações diretas. Mas não é isto que pretendo descrever em sua particularidade. A ciência (diferentemente da história ou da biografia) não se interessa pelo particular, peculiar,

mas apenas pelo geral, pelas espécies, pelos fatos que se repetem. As relações concretas de Antônio, João e Pedro, ou a conduta de Manuel e José podem ser lançadas em nossos apontamentos e servir de exemplificação para uma descrição geral. Mas o que precisamos para fins científicos é um balanço da forma da estrutura. Por exemplo, se numa tribo australiana observo muitos casos de procedimento das pessoas entre si que estejam em posição de irmão da mãe e filho da irmã, é a fim de que possa registrar o mais rigorosamente possível a forma geral ou normal deste relacionamento, abstraída das variações de casos particulares, embora levando em consideração aquelas variantes.

Esta importante distinção entre estrutura e realidade concreta existente, a ser observada diretamente, e forma estrutural, como o que o pesquisador de campo descreve, pode ser esclarecida talvez pela consideração da continuidade da estrutura através do tempo, continuidade esta que não é estática como a de um edifício, mas dinâmica, como a estrutura orgânica do corpo vivo. Por toda a vida de um organismo sua estrutura está sendo sempre renovada; e de modo idêntico a vida social constantemente renova sua estrutura. Assim, as relações concretas de pessoas e grupos de pessoas mudam de ano a ano, ou mesmo de dia a dia. Novos membros integram a comunidade pelo nascimento ou imigração; outros saem por morte ou emigração. Há casamentos e divórcios. Amigos podem tornar-se inimigos, ou inimigos podem fazer a paz e converter-se em amigos. Mas enquanto a estrutura social muda deste modo, a forma estrutural geral pode permanecer relativamente constante por período de tempo maior ou menor. Assim, se visito uma comunidade relativamente estável e a re-visito após dez anos, verificarei que muitos de seus membros morreram e que outros nasceram; os membros ainda vivos ficaram dez anos mais velhos e suas relações para com os outros mudaram de muitos modos. Contudo, observo que as espécies de relações que posso constatar são pouquíssimo diferentes das vistas dez anos antes. A forma estrutural mudou pouco.

Mas, por outro lado, a forma estrutural pode mudar, às vezes gradualmente, e outras vezes com relativa rapidez, como no caso das revoluções e conquistas militares. Mas mesmo nas transformações mais revolucionárias mantêm-se alguma continuidade estrutural.

Devo dizer algumas palavras sobre o aspecto espacial da estrutura social. É raro que encontremos uma comunidade absolutamente isolada, que não tenha contacto com o exterior. No presente momento da história, a rede de relações sociais espalha-se por todo o mundo, sem absoluta solução de continuidade em parte alguma. Acho que isto suscita uma dificuldade que os sociólogos não enfrentam: a dificuldade de definir o que quer dizer «sociedade». Eles em geral falam de sociedades como se fossem distinguíveis entidades discretas, quando, por exemplo, nos falam que a sociedade é um organismo. Será o Império Britânico uma sociedade ou um conjunto de sociedades? Será sociedade uma aldeia chinesa ou meramente fragmento da República da China?

Se declaramos que nosso assunto é o estudo e comparação das sociedades humanas, devemos ser capazes de dizer quais são as entidades unitárias de que tratamos.

Se tomamos determinada localidade conveniente e de tamanho apropriado, podemos estudar o sistema estrutural tal como aparece na região, isto é, a rede de relações que liga os habitantes entre si e com o povo de outras regiões. Podemos assim observar, descrever e comparar os sistemas de estrutura social de tantas localidades quantas desejarmos. Para ilustrar o que estou afirmando, posso mencionar dois estudos recentes da Universidade de Chicago, um de uma aldeia japonesa, Suye Mura, pelo Dr. John Embree, e o outro de uma comunidade franco-canadense, St. Denis, pelo Dr. Horace Miner.

Intimamente relacionada com esta concepção de estrutura social está a concepção de «personalidade social» como posição ocupada por um ser humano numa estrutura social, o complexo formado por todas as suas relações sociais com outros. Todo ser humano que viva numa sociedade é duas coisas: indivíduo e pessoa. Co-

mo indivíduo, é um organismo biológico, aglomerado de imenso número de moléculas organizadas numa estrutura complexa, dentro da qual, durante o tempo que persista, ocorrem ações e reações fisiológicas e psicológicas, processos e transformações. Os seres humanos como indivíduos são objeto de estudo dos fisiólogos e psicólogos. O ser humano como pessoa é um complexo de relacionamentos sociais. É cidadão da Inglaterra, marido e pai, pedreiro, membro de determinada congregação metodista, votante em determinado partido, membro de seu sindicato, adepto do Partido Trabalhista etc. Note-se que cada uma dessas descrições refere-se a um relacionamento social, ou a certo lugar na estrutura social. Note-se também que personalidade social é algo que muda durante o curso da vida da pessoa. Como pessoa, o ser humano é objeto de estudo do antropólogo social. Não podemos estudar pessoas a não ser nas condições de estrutura social, nem podemos estudar a estrutura social exceto em termos de pessoas que são as unidades de que ela se compõe.

Se me redarguirem que indivíduo e pessoa são, afinal de contas, a mesma coisa, lembrarei que o credo cristão faz a distinção: Deus são três pessoas, mas dizer que Ele são três indivíduos é ser réu de heresia pela qual muitos homens foram condenados à morte. Contudo, errar na diferenciação de indivíduo e pessoa não é apenas heresia em religião; pior que isto: fonte de confusão na ciência.

Espero termos já definido suficientemente a matéria que considero ramo sumamente importante da antropologia social. O método a ser adotado segue-se imediatamente desta definição. Deve combinar um profundo estudo das sociedades simples (isto é, os sistemas estruturais observáveis em determinadas comunidades) com a comparação sistemática de muitas sociedades (ou sistemas estruturais de tipos diferentes). A comparação é indispensável. O estudo de uma sociedade única pode fornecer materiais para estudo comparado, ou ensinar hipóteses que então precisam ser verificadas por refe-

rência a outras sociedades; não pode dar resultados demonstráveis.

Nossa primeira tarefa, evidentemente, é saber o máximo possível sobre as variedades, ou diversidades de sistemas estruturais. Isto exige pesquisa de campo. Muitos autores de descrições etnográficas não tentam dar-nos qualquer balanço sistemático da estrutura social. Mas uns poucos antropólogos sociais, aqui e na América, reconhecem a importância de tais dados e seu trabalho é dar-nos um acervo crescente de material para nosso estudo. Ademais, suas pesquisas já não mais se confinam ao que são chamadas «sociedades primitivas», mas estendem-se a comunidades em regiões como a Sicília, Irlanda, Japão, Canadá e Estados Unidos.

Se porém precisarmos de uma concreta morfologia comparativa das sociedades, devemos ter em mente alguma espécie de classificação dos tipos de sistemas estruturais. Isto é tarefa complexa e difícil, à qual eu me dei atenção por trinta anos. E' o tipo de tarefa que exige cooperação de muitos estudiosos e acho que posso contar nos dedos os que no momento se interessam pelo assunto. Todavia, creio que se faz algum progresso. Este trabalho, no entanto, não produz resultados espetaculares e um livro sobre o assunto certamente não seria êxito de livraria.

Devo lembrar que a química e a biologia não se tornaram ciências plenamente constituídas até que considerável progresso ocorresse na classificação sistemática das coisas de que tratavam, substâncias num caso e plantas e animais no outro.

Além deste estudo morfológico, que consiste na definição, comparação e classificação dos diversos sistemas estruturais, há um estudo fisiológico. O problema no caso é: como persistem os sistemas estruturais? Quais os mecanismos que mantêm viva uma rede de relações sociais, e como atuam? Ao empregar os termos morfologia e fisiologia, posso dar a impressão de estar voltando à analogia entre sociedade e organismo, que era tão comum aos filósofos medievais, retomada e tantas vezes mal utilizada pelos sociólogos do século

passado e completamente rejeitada por muitos autores modernos. Mas as analogias, adequadamente feitas, são ajuda importante ao pensamento científico e existe real e significativa analogia entre a estrutura orgânica e a social.

Portanto, o que aqui chamo de fisiologia social trata não apenas da estrutura social, mas de toda espécie de fenômeno social. Moral, direito, boas maneiras, religião, governo e educação, tudo isto são partes do complexo mecanismo pelo qual uma estrutura social existe e perdura. Se assumimos o ponto de vista estruturalista, estudamos essas coisas não abstrata ou isoladamente, mas em relações diretas e indiretas com a estrutura social, isto é, com referência ao modo pelo qual dependem das relações sociais entre pessoas e grupos de pessoas ou as afetem.

Aqui nada mais posso fazer senão dar ligeira ilustração do que isto significa.

Consideremos em primeiro lugar o estudo da linguagem. Linguagem é uma série conexa de modos de falar observados no seio de determinada comunidade. A existência de comunidades de fala, bem como suas dimensões são aspectos da estrutura social. Há, portanto, certa relação muito geral entre estrutura social e linguagem. Mas se considerarmos as características especiais de determinada linguagem — sua fonologia, morfologia e mesmo, em grande grau, seu vocabulário — não haverá conexão direta de determinação unilateral ou mútua entre essas e as características especiais da estrutura social da comunidade no seio da qual a língua é falada. Podemos facilmente conceber que duas sociedades possam ter formas muito semelhantes de estrutura social e tipos de língua muito diferentes, ou vice-versa. A coincidência de determinada forma de estrutura social e certa linguagem em dada comunidade é sempre resultado de acaso histórico. Pode haver, evidentemente, interações indiretas e remotas entre a estrutura social e a linguagem, mas isto seria de menor importância. Assim, o estudo comparado geral das linguagens pode ser proveitosamente empreendido como ramo relativamente

independente da ciência, na qual a linguagem é considerada abstratamente a partir da estrutura social da comunidade na qual é falada.

Por outro lado, há aspectos da história lingüística especificamente relacionados com a estrutura social. Como fenômeno estrutural pode-se tomar como exemplo o processo pelo qual o latim, que era a língua da pequena região do Lácio, veio a ser a língua de imensa parte da Europa, deslocando as demais línguas itálicas, etruscas e muitas línguas célticas; e o subsequente processo inverso pelo qual o latim se fragmentou em numerosas formas locais de fala, que em última instância converteram-se nas diversas línguas românticas de hoje.

Desse modo pois a difusão da linguagem, a unificação de comunidades separadas em comunidades de língua única e o processo inverso de subdivisão em comunidades de línguas diferentes, são fenômenos de estrutura social. No mesmo caso estão as sociedades que possuem estrutura de classe e modos de falar diferentes conforme as classes.

Consideramos em primeiro lugar a língua, porque a lingüística é, segundo penso, o ramo da antropologia social que mais proveitosamente pode ser estudado sem referência à estrutura social. Há uma razão para isto. A série de modos de falar que constituem uma linguagem forma de fato um sistema, e os sistemas deste tipo podem ser comparados a fim de descobrir-se seus caracteres comuns gerais ou abstratos, cuja determinação pode proporcionar-nos leis, as quais serão especificamente leis da lingüística.

Consideremos muito brevemente outros ramos da antropologia social e sua relação com o estudo da estrutura social. Se tomamos a vida social de certa comunidade local por determinado período, digamos, um ano, podemos observar uma soma total de atividades efetuadas por pessoas que a compõem. Podemos também verificar certa atribuição dessas atividades a determinadas pessoas que fazem umas coisas enquanto outras pessoas fazem outras. Esta repartição de atividades, equivalente ao que às vezes se chama divisão do tra-

balho, é aspecto importante da estrutura social. Ora, as atividades são efetuadas porque proporcionam certa espécie de «prazer», conforme sugiro que se chame, e o aspecto característico da vida social é que as atividades das pessoas proporcionem prazer a outras pessoas. Vejamos um caso simples: quando o nativo australiano vai à caça, busca a carne não apenas para si mesmo, mas também para a esposa, os filhos, os parentes, aos quais é de seu dever dar carne quando a tem. Assim, em toda sociedade há não apenas atribuição de atividades, mas também de prazer delas resultante, e uma espécie de maquinaria social, relativamente simples ou, às vezes, altamente complexa, pela qual o sistema atua.

E' esta maquinaria, ou certos aspectos dela, que constitui o tema especial estudado pelos economistas. Interessa-se' eles pelos tipos e quantidades de bens produzidos, como são distribuídos (isto é, o fluxo de pessoa a pessoa, ou de região a região), e o modo pelo qual dispõem deles. Desse modo, as chamadas instituições econômicas são estudadas mais ou menos em completa abstração do restante do sistema social. Este método proporciona, sem dúvida, proveitosos resultados, sobretudo no estudo das sociedades complexas modernas. A fragilidade do método aparece quando tentamos aplicá-lo ao intercâmbio de bens nas chamadas sociedades primitivas.

O mecanismo de determinada sociedade aparece sob luz inteiramente nova se estudado em relação com a estrutura social. O intercâmbio de bens e serviços depende — é resultado e ao mesmo tempo meio de manter certa estrutura — de uma rede de relações entre pessoas e grupos de pessoas. Para os economistas e políticos do Canadá o *potlatch* dos índios do noroeste da América era simplesmente desperdício tolo e foi por isso proibido. Para o antropólogo era o mecanismo para manutenção da estrutura social de linhagens, clãs e metades, com o qual se combinava uma ordem hierárquica definida por privilégios.

A plena compreensão das instituições econômicas das sociedades humanas exige seu estudo sob dois ângulos.

De um deles o sistema econômico é encarado como o mecanismo pelo qual os bens de várias espécies e em diversas quantidades são produzidos, transportados, transferidos e utilizados. Do outro ângulo o sistema econômico é uma série de relações entre pessoas e grupos que mantêm, e é mantido, pelo intercâmbio ou circulação de bens e serviços. Deste último ponto de vista o estudo da vida econômica das sociedades assume o lugar como parte do estudo geral da estrutura social.

As relações sociais só são observadas, e só podem ser descritas em relação à conduta recíproca das pessoas em jogo. A forma de uma estrutura social tem de ser descrita, portanto, pelos padrões de conduta seguidos pelos indivíduos e grupos no trato mútuo. Estes padrões são parcialmente formulados em normas que em nossa própria sociedade distinguimos das regras de boas maneiras, moral e direito. As normas, evidentemente, só existem no reconhecimento que delas têm os membros da sociedade; seja no reconhecimento escrito, quando se estabelecem como normas, ou quando cumpridas na prática. Esses dois modos de reconhecimento, como todo pesquisador de campo sabe, não são a mesma coisa e ambos têm de ser tomados em consideração.

Se declaramos que em toda sociedade as normas de boas maneiras, moral e direito são parte do mecanismo pelo qual certas relações sociais são mantidas vivas, tal declaração, suponho, será recebida como truismo. Mas é um daqueles truismos que muitos escritores sobre a sociedade humana aceitam verbalmente e contudo ignoram nas discussões teóricas, ou em suas análises descriptivas. A questão não é a existência da norma em toda sociedade, mas o que precisamos saber para uma compreensão científica é precisamente como essas coisas atuam em casos gerais e particulares.

Consideremos, por exemplo, o estudo do direito. Se examinarmos a bibliografia sobre jurisprudência veremos que as instituições legais são estudadas quase sempre mais ou menos abstratamente em relação ao restante do sistema social a que pertencem. Isto é sem dúvida o método mais conveniente para os advogados em seus

estudos profissionais. Mas para a pesquisa científica da natureza do direito é insuficiente. Os dados com que deve lidar o cientista são eventos que ocorrem e podem ser observados. No campo do direito, os fatos que o cientista social pode observar e admitir como dados são os efeitos que tramitam nas cortes de justiça. São eles a realidade, e para o antropólogo social são o mecanismo ou processo pelo qual se restauram, se mantêm ou se modificam certas relações sociais definíveis entre pessoas e grupos. A lei é a parte da maquinaria pela qual se mantém certa estrutura social. O sistema de leis de determinada sociedade só pode ser plenamente compreendido se estudado em relação com a estrutura social, e reciprocamente a compreensão da estrutura social exige, entre outras coisas, um estudo sistemático das instituições legais.

Venho falando de relações sociais, porém até agora não dei uma definição rigorosa. Existe relação social entre dois ou mais organismos individualmente quando há certo ajuste de seus respectivos interesses, pela convergência de interesse, ou pela limitação de conflitos que possam surgir da divergência de interesses. Emprogo o termo «interesse» aqui no sentido mais amplo possível, para designar toda conduta que consideremos proposital. Falar de um interesse implica um sujeito e um objeto, bem como certa relação entre eles. Sempre que declaramos que um sujeito tem certo interesse em determinado objeto podemos declarar a mesma coisa afirmando que o objeto tem certo valor para o sujeito. Interesse e valor são termos correlatos, que se referem a dois aspectos de uma relação assimétrica.

Desta maneira, o estudo da estrutura social leva imediatamente ao estudo de interesses ou valores como determinantes das relações sociais. A relação social não resulta da semelhança de interesses, mas repousa no interesse mútuo de pessoas em outra, ou em um ou mais interesses comuns, ou ainda numa combinação de ambos os modos. A mais elementar forma de solidariedade social verifica-se quando duas pessoas estão interessadas em produzir certo resultado e cooperam para

este fim. Quando duas ou mais pessoas têm um *interesse comum* em certo objeto, pode-se dizer que esse objeto tem um *valor social* para as pessoas assim associadas. Se, então, praticamente todos os membros de dada sociedade têm interesse no cumprimento das leis, podemos dizer que a lei tem valor social. O estudo dos valores sociais neste sentido é, pois, parte do estudo da estrutura social.

Foi deste ponto de vista que, em estudo anterior encontrei o que se pode chamar pertinentemente de valores rituais, isto é, os valores expressos nos ritos e mitos. E' talvez, de novo, truismo afirmar que a religião é o elemento que amalgama a sociedade. Mas para uma compreensão científica precisamos saber exatamente como tal acontece, e isto constitui assunto para extensas investigações em muitas formas diferentes de sociedade.

Como último exemplo, permitam-me mencionar o estudo da magia e bruxaria, sobre o que existe extensa bibliografia antropológica. Indicaria a obra do Dr. Evans-Pritchard sobre os Zande como exemplo esclarecedor do que pode ser feito quando essas coisas são sistematicamente investigadas, quanto ao papel que desempenham nas relações sociais dos membros de dada comunidade.

As instituições sociais, do ponto de vista que tentei resumidamente expor, no sentido de modos padronizados de conduta, constituem o maquinismo pelo qual a estrutura social, que é uma rede de relações sociais, mantém a existência e continuidade próprias. Hesito em empregar o termo «função», que nos últimos anos tem sido usado e do qual se abusa, com inúmeros significados, vagos muitos deles. Ao invés de ser empregado para estabelecer diferenças, como devem ser os termos científicos, é empregado agora para confundir as coisas que devem ser esclarecidas. Porque é freqüentemente empregado em lugar de palavras mais comuns como «uso», «propósito» e «significado». Parece-me mais apropriado e prático, bem como mais erudito, falar do uso ou usos

de um machado ou escavadeira, do significado de certa palavra ou símbolo do propósito de um decreto legislativo, em vez de empregar a palavra função para tudo. «Função» tem sido termo técnico muito fecundo em fisiologia e psicologia e por analogia com seu emprego naquela ciência seria meio muito conveniente de exprimir importante conceito nas ciências sociais. Como estou acostumado a empregar a palavra, seguindo Durkheim e outros, definiria eu a função social de certo modo socialmente padronizado de agir ou pensar como relacionado com a estrutura social e para cuja existência e continuidade contribui. Analogamente, num organismo vivo, a função fisiológica das batidas do coração, ou a secreção de suco gástrico, está relacionada com a estrutura orgânica para cuja existência ou continuidade contribui. E' neste sentido que estou interessado em coisas como a função social do castigo do crime, ou a função social dos ritos totêmicos das tribos australianas, ou dos ritos fúnebres dos insulares de Andaman. Mas não é isto que tanto o Prof. Malinowski ou o Prof. Lowie entendem por antropologia funcional.

Além dessas duas divisões do estudo da estrutura social a que chamei de morfologia e fisiologia social, há uma terceira, que é a investigação dos processos pelos quais as estruturas sociais se transformam, de como novas formas de estruturas surgem. Os estudos da transformação social nas sociedades incultas têm quase que exclusivamente se limitado a um processo especial de mudança, a modificação da vida social sob a influência ou dominação de invasores ou conquistadores europeus.

Tornou-se moda recentemente entre alguns antropólogos tratar as transformações deste tipo sob o título de «contacto cultural». Pelo termo podemos entender os efeitos unilaterais ou bilaterais de interação entre duas sociedades, grupos, classes ou regiões com diferentes formas de vida social, diferentes instituições, usos e idéias. Assim é que no século XVIII houve importante intercâmbio de idéias entre a França e a Inglaterra, e no século XIX assinalada influência do pensamento ale-



mão tanto na França como na Inglaterra. Essas interações são, evidentemente, aspecto constante da vida social, mas não implicam obrigatoriamente qualquer mudança sensível de estrutura social.

As transformações que estão ocorrendo entre os povos incultos da África são de tipo muito diferente. Consideremos uma colônia ou possessão africana de uma nação européia. Há uma região que foi anteriormente habitada por africanos com sua estrutura social própria. Os europeus, por meios pacíficos ou violentos, estabeleceram controle sobre a região, sob o que chamamos de regime «colonial». Nova estrutura social surge e depois passa a desenvolver-se. A população agora inclui certo número de europeus — funcionários do governo, missionários, comerciantes e, em alguns casos, colonos. A vida social da região não é mais simplesmente um processo dependente das relações e interações dos povos nativos. Ergue-se ali nova estrutura política e econômica na qual os europeus, embora poucos em número, exercem influência dominadora. Europeus e africanos constituem classes diferentes no seio da nova estrutura, com línguas diferentes, diferentes costumes e modos de vida, bem como padrões de idéias e valores diferentes. Termo conveniente para sociedades deste tipo seria «sociedades compósitas»; foi também sugerido o termo «sociedades plurais». Exemplo complexo de sociedade compósita é dado pela União Sul-Africana com sua única estrutura política e econômica e uma população que engloba povos de fala inglesa e fala africana, povos de descendência européia, os chamados «homens de cor» da província do Cabo, progênie de holandeses e hotentotes, os hotentotes remanescentes, os «malaios» da Cidade do Cabo, descendentes de pessoas do arquipélago malaio, hindus e maometanos da Índia e seus descendentes, e certas tribos bantos que constituem a maioria da população da União tomada como um todo.

O estudo das sociedades compósitas, descrição e análise dos processos de mudança que nelas ocorrem é tarefa difícil e complicada. A tentativa de simplificá-lo, considerando o processo como único no qual duas ou

mais «culturas» estão em interação (método sugerido por Malinowski em sua Introdução ao Memorandum XV do International Institute of African Language and Culture sobre «Métodos de Estudo da Cultura de Contacto na África», 1938), é simplesmente um meio de fugir à realidade. Porque o que está acontecendo na África do Sul, por exemplo, não é a interação da cultura inglesa, africana (ou boer), hotentote, várias culturas bantos e indiana, mas a interação de indivíduos e grupos dentro de uma estrutura social que está em si mesma em processo de transformação. O que está acontecendo numa tribo transkeiana, por exemplo, só pode ser descrito pelo reconhecimento de que essa tribo foi incorporada num amplo sistema estrutural político e econômico.

Faltam-nos quase completamente dados históricos autênticos para o estudo científico de sociedades primitivas em condições isentas do domínio por sociedades mais evoluídas que resultam nessas sociedades compósitas. Não podemos estudar, mas tão-somente especular sobre os processos de mudança que ocorreram no passado de que não temos registros. Os antropólogos especulam sobre transformações antigas nas sociedades dos aborígenes australianos, ou dos habitantes da Melanésia, mas tais especulações não são história e não têm valor para a ciência. Para o estudo da transformação social nas sociedades que não sejam compósitas a que aludimos temos que contar com o trabalho de historiadores que lidem com documentos autênticos.

Sabemos que em certos círculos de antropologia o termo «antropólogo evolucionista» é quase ofensivo, sendo porém aplicado sem maiores discriminações. Assim, Lewis Morgan é chamado de evolucionista, embora rejeitasse a teoria da evolução orgânica e quanto à sociedade acreditasse, não em evolução, mas em desenvolvimento, que ele concebia como o constante aperfeiçoamento material e moral da humanidade a partir de implementos de pedra bruta e promiscuidade sexual até as máquinas a vapor e casamento monogâmico de Rochester, Nova Iorque. Mas até antievolucionistas como Boas acreditam no progresso.

Penso ser conveniente empregar o termo «progresso» para o processo pelo qual os seres humanos adquirem maior controle sobre o meio físico mediante o aumento de conhecimento e aperfeiçoamento da técnica pelas invenções e descobrimentos. O modo pelo qual hoje somos capazes de destruir consideráveis porções de cidades por bombardeios aéreos é um dos mais recentes e impressionantes resultados do progresso. O progresso não é a mesma coisa que evolução social, mas está muito intimamente relacionado com ela.

A evolução, tal como entendo o termo, refere-se especificamente ao processo de surgimento de novas formas de estrutura. A evolução orgânica tem dois aspectos importantes: 1) no curso dela pequeno número de espécies de organismos enseja número muito maior de formas mais complexas, formas de estrutura orgânica vêm à existência pelo desenvolvimento a partir de formas mais simples. Embora me sinta incapaz de ligar qualquer sentido definido a frases como «evolução da cultura» ou «evolução da linguagem», penso que a evolução social é uma realidade que o antropólogo social deve reconhecer e estudar. Como a evolução orgânica, ela pode ser definida por dois aspectos. Houve um processo pelo qual, a partir de pequeno número de formas de estrutura social, muitas formas diferentes surgiram no curso da história; isto é, houve um processo de diversificação. Em segundo lugar, através deste processo mais complexas formas de estruturas sociais surgiram, ou substituíram as formas mais simples.

Se os sistemas estruturais devem ser classificados de acordo com sua maior ou menor complexidade é problema que requer exame. Mas há evidência de visível correlação íntima entre complexidade e outro aspecto dos sistemas estruturais, a saber, a extensão do campo das relações sociais. Num sistema estrutural com limitado campo social total, uma pessoa média ou típica é posta em relações sociais diretas e indiretas com apenas pequeno número de outras pessoas. Em sistemas deste tipo podemos encontrar a comunidade lingüística — o corpo de pessoas que falam uma língua — de 250

a 500, enquanto a comunidade política é ainda menor, e as relações econômicas pela troca de bens e serviços estendem-se apenas por limitada amplitude. A parte a diferenciação por sexo e idade, há pouca diferenciação de posição social entre pessoas ou classes. Podemos contrastar com isto os sistemas de estrutura social que verificamos hoje na Inglaterra ou nos Estados Unidos. Deste modo, o processo de história humana que se poderia chamar de evolução social, a meu ver apropriadamente, poderia ser definido como o processo pelo qual sistemas de grande amplitude de estrutura social engendraram ou substituíram sistemas menores. Aceitável ou não este parecer, sugiro que o conceito de evolução social seja aquele que exige ser definido em termos de estrutura social.

Não dispomos de tempo nesta oportunidade para analisar a relação do estudo da estrutura social com o estudo da cultura. Para uma interessante tentativa de reunir os dois estudos, mencionaria o livro de Gregory Bateson *Naven*. Não me empenhei de modo algum em tratar da antropologia social como uma totalidade e de todos os seus ramos e divisões. Esforcei-me apenas em dar-lhes uma idéia muito geral do tipo de estudo ao qual achei cientificamente proveitoso dedicar considerável e sempre crescente parcela do meu tempo e energia. A única recompensa que busquei, penso que em certo grau obtive: algo como uma penetração na natureza do mundo do qual somos parte, que só paciente aplicação do método das ciências naturais pode proporcionar.